

REFLETINDO SOBRE AS GEOPOLÍTICAS MUNDIAIS E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS DA AMAZÔNIA

Alcindo José de SÁ¹

Gleydson Pinheiro ALBANO²

RESUMO

Não há dúvida que a Geografia, como área do conhecimento, abarca a análise dos fenômenos espaciais. Esses fenômenos são tanto físicos (terremotos, tornados, etc. e seus componentes físico/químicos e espaço/temporais), quanto humanos, ou seja, as instrumentalidades das matérias componentes do espaço. Neste sentido, o presente texto busca, de uma forma sucinta, analisar em um prisma sócio/espacial/histórico como as novas geopolíticas e as geografias políticas do Estado Nacional Brasileiro e das empresas nacionais e internacionais vem manipulando as materialidades ambientais na Amazônia, buscando transformá-las em recursos econômicos com vistas a atender, crescentemente, o mercado mundial ávido por novos e velhos produtos.

Palavras-chave: Fenômenos espaciais, geopolítica, Amazônia.

ABSTRACT

There is no doubt that the Geography, like area of the knowledge, comprises the analysis of the space phenomena. These phenomena are so much physicists (earthquakes, tornadoes, etc. and its physical / chemical components and space / storm), as human, in other words, the instrumentalities of the component matters of the space. In this sense, the present text looks, in the succinct form, to analyze in a prism social/spatial/historical like the geopolitical news and the political geographies of the National Brazilian State and of the national and international enterprises is manipulating the environmental materialities in the Amazon region, looking to turn them into economical resources with sights to attend, increasingly, the world-wide greedy market for new and old products.

Key words: Space phenomena, geopolitical, Amazon region.

1. CONSIDERAÇÕES

Pierre George, eminente geógrafo francês, tem um livro marcante intitulado “O Homem na Terra. A Geografia em Ação” (1993), no qual sublima a Geografia como tradutora da inscrição do homem histórico no planeta terra e, conseqüentemente, a sua dinamicidade, haja vista o entrelaçamento de todas as culturas, todas as civilizações, em tempos e lugares diversos, com as materialidades, os recursos e as técnicas disponíveis. Nesse sentido, a apropriação dos recursos há disposição no universo (uno e diverso) terrestre espelha a sociedade em movimento, ou seja, as suas valorizações dos objetos

¹ Professor do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE. E-mail: alcindo-sa@uol.com.br.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: gleydson_albano@hotmail.com.

dispostos no seu entorno, tanto na perspectiva valorativa de mero uso, quanto de troca. Considerando que a mercantilização dos objetos espaciais vem se acirrando, desde os albores da acepção e espraiamento do capital mercantil pelo “sistema-mundo”, em especial a partir do Século XV, fica patente que a apropriação dos recursos naturais se vincula de forma cada vez mais estreita às Geopolíticas globais, ou seja, estreitam-se os vínculos, como bem frisa Raffestin (1993, p.223), entre matéria, recurso e tecnicismo, ou geograficamente falando, entre espaço, território e territorialidade, ou melhor, entre espaço e jogos de poder embasados em uma racionalidade técnica/instrumental manipuladora de matérias ambientais. Ou seja, o tema exige ser tratado em um prisma “bio-físico-antropo-social” (MORIN, 1989); em uma perspectiva geográfica, como um conjunto indissociável de objetos e de ações sociais (SANTOS, 1996), pois, há muito, litosfera, biosfera, tecnoesfera e psicosfera se retroalimentam na constituição das territorialidades. Reforçando essa assertiva, Arnaldo Jabor (O ESTADO DE SÃO PAULO, 11/05/2004) acrescenta que “o ‘ viver’ humano é doloroso por ser um ‘exílio’, por termos perdido a simbiose com a natureza, perdido a paz dos pássaros, macacos e peixes. Mas, apesar desta dor do exílio – que nos deu a linguagem (essa maravilhosa anomalia) – temos a chance de ver o universo de fora, estando dentro. Parafraseando Cézanne, somos a consciência do universo que se pensa em nós”. Todavia, considerando a apropriação generalizada das materialidades ambientais a serem cambiadas em recursos econômicos, somos compelidos a pensar que o nosso “narcisismo” consumista pós-moderno nos tem forçado a pensar em nós (somente em nós *homo economicus*) como a própria consciência do universo, o centro do universo “ptolomaico”, sendo os animais, as matas e o outro ser, elementos a serem consumidos e descartados em um processo produtivo e destrutivo infinito, no contexto da finitude do universo terreno.

Na supracitada lógica e como engrenagens imprescindíveis às análises dos fenômenos sócio-espaciais/geográficos, Raffestin (1993, p.144) releva três categorias: o espaço (materialidade), o território e a territorialidade. O primeiro seria a “prisão original” do homem; numa visão marxista, não teria valor de troca, mas somente valor de uso. Isto porque, segundo o próprio Marx, para entendermos o mundo, devemos considerar que “cada nova invenção, cada progresso na indústria, uma nova parte é arrancada deste terreno e o solo sobre o qual crescem os exemplos de tais proposições feurbachianas se reduz cada vez mais. A “essência” do peixe de água corrente é a água do rio. Contudo, esta água deixa de ser sua “essência”, deixa de ser um meio adequado de existência, tão lodo seja poluída por corantes e outros objetos, tão logo seja navegada por navios a vapor, ou

tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe do seu meio de existência” (MARX, citado por MÉSZAROS, 1987, pp.26-27). Daí Feurbach ser execrado por Marx por ele conceber a natureza como uma substância “a - histórica e homogênea”, enquanto Marx visa quebrar esta homogeneidade “numa dialética do sujeito e do objeto”, já que ele considera a natureza “tanto um elemento da prática humana quanto a totalidade de tudo o que existe” (SMITH, 1988, pp.49-50). Assim, segundo Raffestin (1993), “o espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material existente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um autor manifesta a intenção de dele se apropriar”. Ainda para o referido autor, a matéria seria o equivalente ao espaço, ou seja, algo “preexistente” a qualquer ação humana, não resulta de uma prática sócio-espacial, todavia é oferecida, ofertada à prática sócio/histórica. Desde então se transforma em um “vasto campo de possibilidades”. “Possibilidades” dentre as quais apenas algumas se realizarão, por meio de um objetivo intencional (conhecimento e prática), que desempenhará o papel de filtro seletor”.

Neste sentido, como campo de possibilidades, a dimensão amazônica brasileira se estende por aproximadamente 5.028.392 km, constituída pela superfície dos Estados do Acre, Amapá, Amazônia, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Para efeitos legais é incluída a área de Mato Grosso, situada ao norte do paralelo 16° e a área do Maranhão, situada a oeste do meridiano de 44°. Representa 63,42% de todo o território nacional, com uma população aproximada de 21 milhões de habitantes, ou seja, 12,4% da população nacional, com um coeficiente demográfico de 4,14 habitantes por km; 62% da população vivendo na zona dita urbana e 38% na zona rural (Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA). É nessa geografia, em ação pelos condicionantes populacionais, políticos, econômicos e culturais que muitas materialidades cambiam em recursos. Assim, os recursos se afinam à noção de território, ou seja, de um espaço intencionalmente manipulado por ações conduzidas por atores sintagmáticos (atores que realizam programas - sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais) em diversos níveis. Neste prisma, o ator social ao se apoderar de uma parcela do espaço, seja de forma concreta ou abstrata (representacional) cria território. Lefebvre (1978 *apud* RAFFESTIN, 1993, p.144) acrescenta que o território nacional, como espaço criado pelas intencionalidades do mercado burguês capitalista, apresenta-se como “espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos de fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas

de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, etc.”. Assim, como assevera Santos (1996), o território usado plasma uma projeção específica de trabalho como energia e informação reveladores do poder em simbiose com o Estado e mercado, o interno e o externo, o novo e o velho em metamorfose com as materialidades. Portanto, “a cadeia das propriedades materiais é uma função das práticas e dos conhecimentos humanos. Sem a prática, a matéria não é desvendada como campo de possibilidades: sem prática, nenhuma relação com a matéria e, portanto, nenhuma produção” (RAFFESTIN, 1993, p.224).

Segundo dados da FIEPAM (MIRANDA, 2005, p.64-69), “na década dos anos 70 [do século XX] com a intensificação das pesquisas como radiografia, sensoriamento remoto e imagem de satélite, foram feitas importantes descobertas de bens minerais na Amazônia Oriental, que deram início a grandes investimentos no setor: projeto Carajás (ferro, manganês, cobre, níquel e ouro), mineração Rio do Norte (bauxita), Projeto Albrás/Alunorte/Alumar (alumínio e alumínio metálico), Projeto Jarí (caulim), Projeto de Ouro Aluvionar (garimpos de Serra pelada, tapajós, Madeira, serra da traíra), Projeto Ouro de Mina em Serra Leste, Igarapé Bahia; Corpo Alemão em Carajás, Projeto de Pitanga da Mineração Taboca-Parapanema (estanho, nióbio, tântalo, zircônio e terras raras), projeto estanífero de Rondônia, Projeto de calcário e gipsita da Nhamundá e Urucará, projeto de silvanita em fazendinha no rio Madeira, projeto de exploração de petróleo e gás na bacia do Urucu, no Médio Solimões e tantos outros programas e descobertas em fase de pesquisa”.

Pelo exposto, não são as materialidades “em si” na extensão amazônica, que despertam a cobiça das geopolíticas e das geografias políticas dos estados e do mercado, mas elas como campos de possibilidades à execução produtiva mediatizada pela técnica e o trabalho manipulados por um capital estatal e privado ávidos por ganhos sem fim. Neste prisma, as materialidades para serem qualificadas como recursos, demandam um processo de produção; “é preciso que o ator (A), uma prática ou, se preferirmos, uma técnica mediatizada pelo trabalho (r), uma matéria (M). A matéria só se torna recurso ao sair de um processo de produção complexo, que se pode formular de maneira rudimentar: $ArM - P$ (conjunto de propriedades ou recursos) (RAFFESTIN, 1993, p.225). Já para Becht & Belzung (RAFFESTIN, 1993, p.225) “o recurso se refere a uma função, e não a uma coisa ou substância; é o meio de se atingir um fim, e à medida que este fim ou objeto muda, os recursos podem mudar também”. A Amazônia como campo de forças imbuído de um conjunto de possibilidades tem os seus recursos cobiçados de maneira desmesurada, já que

as funções técnicas “insaciáveis” do capitalismo global demandam as suas materialidades. A Amazônia é um meio de atingir um fim lucrativo que está longe de acabar. Gás, ferro e tantos outros inúmeros minerais estão no olho do furacão da objetivação mercadológica, na esteira de um consumo crescente. Daí ser este espaço um lócus tanto de estratégias geopolíticas do Estado Brasileiro, quanto de geografias políticas das empresas nacionais e globais, pois a “relação com a matéria é política, no sentido de que (r) (uma prática, uma técnica mediada pelo trabalho) é um produto coletivo. A relação interessa ao acesso de um grupo à matéria. Esse acesso modifica tudo de uma só vez, tanto o meio como o próprio grupo. Toda relação com a matéria é uma relação de poder que se inscreve no campo da política por intermédio do modo de produção... é uma concepção histórica da relação com a matéria que cria natureza sócio-política e socioeconômica dos recursos... Os recursos não são naturais: nunca foram e nunca serão!” (RAFFESTIN, p.225). Por isso, como diz Miranda (2005, p.65), “a Amazônia, que durante séculos, foi sempre conhecida como a maior província botânica e florestal do mundo, de repente passou a ser abordada também como uma das mais importantes reservas e províncias minerais ferrosos, não ferrosos e energéticos”.

Quando, no início do texto, vislumbramos o preconceito “georgiano”: o homem na terra, a geografia em ação, queríamos ressaltar o que Raffestin (1993) assevera: a não naturalização dos recursos pela ótica de um capitalismo sedento por lucros. Isto porque são diversos modos de produção, as diversas concepções históricas das relações sociais em comunhão com as materialidades, que gestam as naturezas socioeconômicas e sócio-políticas dos recursos, muito embora tenha a matéria-prima natural como base, ou seja, conjuntos de possibilidades. Portanto, as práticas modificadoras das materialidades são coletivas, daí, reportando-nos a Morin (2002), os homens desenvolveram as técnicas e estas desenvolveram os homens, visto que, a “tecnicidade pode se definir como o conjunto das relações que o homem, enquanto membro de um grupo, mantém com as matérias às quais pode ter acesso. A tecnicidade, em relação à matéria, é o apêndice da territorialidade, é até mesmo um subconjunto da territorialidade. Da mesma forma que a territorialidade, a tecnicidade de uma sociedade pode ser simétrica ou dissimétrica. Uma tecnicidade simétrica se caracteriza por relações não destrutivas do meio material, enquanto uma tecnicidade dissimétrica será caracterizada por relações destrutivas do meio material... Isso nos coloca diante da seguinte alternativa: ou modificamos nossas práticas, ou nos faltarão certas matérias num futuro mais ou menos próximo... A produção dos recursos supõe, pois, uma dominação mínima de uma porção do quadro espaço-temporal dentro do qual, e para

o qual, a tecnicidade interage com a territorialidade. A relação com a matéria é, portanto, *ipso facto*, uma relação com o espaço e com o tempo” (RAFFESTIN, 1993, pp.227-228).

As referidas assertivas são demasiadas pertinentes a análise dos recursos amazônicos. Como conjunto material preñado de possibilidades, a Amazônia continua um celeiro incomensurável. Dos recursos minerais, aos seus variados ecossistemas é um universo (uno e diverso) que, historicamente, vem sendo manipulado em maior ou menor intensidade, pelas diversas formações sócio-espaciais; pelos diversos modos de produção, visando a não naturalização dos recursos, através das diversas tecnicidades. Digamos que, outrora, antes do confronto e entrelaçamento civilizacional com a racionalidade instrumentalizadora capitalista “européia”, as formações sociais indígenas nativas manipulavam tecnicamente o seu espaço, territorializavam-no como seu apêndice de uma forma, digamos simétrica, sem uma intencionalidade destrutiva, mesmo porque elas visavam um mero valor de uso material, e se pautando, no que Santos (1996) chama de mediações pré-técnicas, ou seja, em técnicas sem o acréscimo, digamos, de ciência positiva instrumental. A simetria também se pautava em uma equidade territorial quanto ao grau evolutivo da tecnicidade, já que as inúmeras nações que habitavam o território detinham objetos manipuladores do meio de maneira homóloga.

Todavia, a relação com a matéria, como bem ressalta Raffestin (1993), é uma relação espaço/tempo, mediada pela tecnicidade, territorialidade. E a produção de novos recursos, em especial no final do Século XIX e início do Século XX, no bojo do avanço do mercado mundial capitalista, se fez demandar novas materialidades e, conseqüentemente, dominação de vastas porções do globo, incluindo-se o espaço amazônico. Em um primeiro momento, este espaço se inclui através da extração de algumas especiarias vegetais e, em especial a borracha, no Século XIX. Nesta fase se vislumbra como a matéria transformada em recurso mais rentável, lastreada na tecnicidade dissimétrica do avanço da indústria automobilística *high tech* de um lado, e o extrativismo do látex dos seringais, predador não somente dos ecossistemas, mas das simetrias territoriais indígenas de outro, submetidas, doravante, não somente ao que Bauman chama de dominação por meios antropológicos, ou seja, de extermínios ou aldeamentos forçados, como também a padrões de submissão antropofágica, isto é, de cooptação e destruição de culturas nativas. O certo é que na Amazônia, no final do Século XIX e início do Século XX, passa a coexistir a relação espaço/tempo do nativo índio, do migrante/retirante nordestino “servil” ao extrativismo predatório e cultivador de produtos de subsistência, inclusive assimilando elementos da natividade indígena, e o espaço tempo da oligarquia fundiária: extrativista, de comerciantes

e financistas afinados ao capital imperialista, inclusive no que toca aos padrões de consumo e “requisitos culturais” europeus, bem representados pelo Teatro Amazonas e suas óperas e, digamos, a organizações do Estado tradicional como suporte. Hoje, esse tempo-espaço está, como frisa Santos (1996), contiguamente convivendo com o espaço-tempo da globalização, firmado por nós/redes (principalmente urbanas), redes e tessituras, abarcando inúmeros eventos produtivo-consumistas que se dão em lugares velhos e novos; em uma verdadeira unicidade do motor mundial, também como ressalta Santos (1996).

É assim que podemos situar, no contexto presente, não somente o extrativismo e culturas tradicionais na Amazônia, mas também as diversas províncias minerais e parques industriais modernos, além das estratégias militares de manutenção fronteiriças do território brasileiro. No que respeita a exploração de recursos, temos: 1- a província auro-estanífera de Rondônia (Santa Barbara, São Lourenço, Massangana e, sobretudo, o domínio estanífero do Iguapé de Santa Cruz, onde se encontra a maior mina de estanho do mundo: Bom Futuro) e as ocorrências de ouro aluvionar no rio Madeira. 2- Província auto-estanífera-diamantífera de Roraima (Mau, Cintingo, Quino, Tepeqén, Uraricoera, Surucucu. 3 – Província mineral do Mapuera-Pitanga, que inclui o domínio estanífero de pitanga, explorado pela Mineração Taboca Paranapanema, com uma produção anual equivalente a cerca de R\$ 60 milhões, e o domínio de columbita-tátalo-zircônio da Serra da madeira (AM). Nesse particular, é importante criar incentivos especiais para que o projeto Pitanga passe a fazer a metalúrgica do estanho, fundindo a cassiterita primária e produzindo lingotes e subprodutos de maior valor agregado em Manaus. 4 – Província de caulim de Manaus-Presidente Figueiredo, localizada em um trecho de 30 km de extensão, ao longo da rodovia BR-174, a partir do km 25, atualmente em fase de projeto e aprovação do RIMA (relatório do impacto Ambiental), a ser explorado por um grupo inglês que fez a prospecção e concluiu que as reservas de caulim dessa província são de enorme extensão e excepcional qualidade, devendo quando entrar em fase de lavra e produção gerar uma exportação anual de US\$ 20 milhões. 5 – Província Niobífera e aurífera do Alto rio Negro, compreendendo o nióbio do Morro dos Seis lagos, com cerca de 3 milhões de toneladas e valor da ordem de US\$ 1 milhão (estimativa do CPRM); e os domínios auríferos das Serra da Taura, Caparro, Pico da neblina e Serra do Uneiuxi, que tem gerado tantos conflitos com povos indígenas e choques de fronteiras. 6 – Província de silvinita no Baixo Madeira (bacia de Fazendinha Arari), onde se encontram as maiores reservas de sais de potássio, capazes de iniciar uma revolução agrícola nos solos pobres da Amazônia, pois quando esse potássio for explorado juntamente com o fosfato de Maicuru (PA), o nitrogênio do

complexo petroquímico de Urucu-Manaus e o calcário de Nhamundá, teremos resolvido o problema da baixa produtividade dos nossos solos de terra firme. 7 – Província de calcário e gipsita Nhamundá e Urucará, responsáveis pela produção cimenteira da indústria de Manaus, do grupo Nassau. 8 – Província petrolífera e gesseira de Urucu. Após as prospecções na década dos anos 70 no rio Juruá, onde se verificou a existência de consideráveis reservas de gás natural e condensado, as pesquisas de petróleo se deslocaram para o rio Urucu, no município de Coari, no médio Solimões. Desde então as prospecções de Petróleo e gás natural tem sido bastante animadoras. Embora a Petrobras não haja, ainda, se manifestado oficialmente sobre o tamanho das reservas combinadas do Juruá e Urucu em cerca de 50 milhões de m de gás natural, ou seja, 50% das reservas brasileiras atuais. Dos campos de Urucu saem, atualmente, cerca de 20.000 barris de petróleo de 110 toneladas de GLP/dia, produzidos a partir da Unidade de processamento de Gasolina e Gás (UPGN), que deverão ser elevadas para 45.000 barris-dia de petróleo e 700 ton/dia de GLP” (HOMEPAGE DA FIEM *apud* MIRANDA, 2005, pp.66-67).

Essas atividades dinamizadas, em grande parte, pelo capital privado, não ocorrem nem ocorreram sem o aporte do guarda-chuva do estado nação. Por isso cabe destacarmos as diversas organizações que o estado nacional brasileiro criou com vistas a fomentar a integração-dinamização da Região Amazônia: 1 - a SUDEVEA (Superintendência do Desenvolvimento da Borracha), criada no século passado e que atuou até o pós Segunda Guerra Mundial, o Museu Paraense Emílio Goeldi, fundado em 1886, a SEPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada em 1946, que em linhas gerais advogava, assegurar a ocupação da Amazônia com perspectiva brasileira; construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira. Com a ascensão dos militares, a Amazônia se torna área estratégica e, para tanto, é criada a organização SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) que através de incentivos fiscais para cooptação do capital privado, instala a SUFRAMA (Zona Franca de Manaus). No governo de Fernando Henrique a SUDAM é extinta e surge a ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia). Como bem frisa Miranda (2005), “tanto a SPVEA como a SUDAM e outros órgãos federais com a atuação na área, tiveram a oportunidade de, durante o período legal de existências, proceder por conta própria, ou por delegação a terceiros, a levantamentos de áreas restritas do solo amazônico, onde surpresas aconteceram dada a potencialidade aflorada em toda a sua magnitude... o balanço não se

cingiu somente ao solo, mas principalmente, ao subsolo e também à flora e a fauna, rica em suas biodiversidades” (MIRANDA, 2005).

Dado o exposto, e as inúmeras relações institucionais-produtivas estabelecidas no território amazônico, cabe acrescentarmos o que assevera Raffestin (1993, pp.38-39): o que forma as geopolíticas mundiais sobre e com os recursos amazônicos são: “os atores, a política dos atores – ou o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades -, a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediatos da relação...as organizações canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais”. Essa observação é muito significativa, pois exprime de uma só vez “o jogo das organizações no espaço abstrato, social”; “bloqueiam” significam que agem sobre as disjunções, para isolar e dominar; “controlam”, ou seja, tem tudo ou procuraram ter tudo sob o olhar, criam um “espaço de sensibilidade no qual o poder vê sem ser visto “... domesticar é portanto encarar numa rede, numa malha em que todas as partes estão debaixo do olhar”. Neste período globalizado, o que presenciamos mais do que nunca no Amazonas, são os processos de canalização, os bloqueios, e, infelizmente, a imposição agressiva de uma política de domesticação. Ou seja, vivenciamos o poder das empresas e do estado no sentido de que todos os amazonenses e seu território se funcionalizem em consonância com a ordem global externa; das grandes construções públicas, da produção industrial e informacional, ao padrão de consumo, tudo tem que se mimetizar com o externo. Essas mega-organizações agem sobre as disjunções e fragmentações, isolando comunidades indígenas e dominando comunidades ribeirinhas aos interesses exclusivos do mercado. Essas mega-organizações também agem procurando ter tudo ao seu olhar, pois segundo Miranda (2002, pp.165-166), as informações geradas pelo projeto SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA (SIVAN) vão auxiliar os organismos governamentais e outros usuários na execução de tarefas tais como: proteção do meio ambiente; controle, ocupação e uso da terra; zoneamento ecológico e econômico; atualização cartográfica; prevenção e controle de endemias; proteção das populações indígenas; vigilância e controle das fronteiras; monitorações de navegação fluvial e de queimadas; identificação e combate às atividades ilegais; monitoração e controle do tráfego aéreo cooperativo e não-cooperativo”. Bem pertinente a menção de outros usuários, pois o referido autor também ressalta que o JABORANDI – a pilorcapina, um dos medicamentos mais usados no tratamento do glaucoma, foi extraído das folhas do arbusto jaborandi (*Pilocarpus jaborandi* Holmes), natural da Amazônia e patenteada pela empresa multinacional Merck. Comunidades que

conheciam as propriedades medicinais da planta são hoje obrigadas a pagar royalties na compra do medicamento”.

Outra tragédia que se presencia no território amazônico é a devastação da flora e fauna, assim como outrora ressaltou Euclides da Cunha, quando no início do Século XX excursionaram por este espaço, vítimas do fogo e do machado e, hoje, da *high tech* motoserra. Segundo matéria da Revista Veja (25/02/2005), o ímpeto destruidor da mata equatorial amazônica avança pelo Sul, Norte, Oeste e Leste. A avidez maior vem do Leste, através das madeireiras e pecuaristas. Também vem do Sul, como já frisado, pelo avanço desmesurado da soja, com a sua adaptação crescente a áreas próximas do equador. Assim, “em suas frágeis fronteiras, a Amazônia está sendo devastada em um ritmo muito superior ao das agressões ocorridas em seu interior. De 1990 a 2002, cerca de 22 milhões de hectares de floresta foram derrubados. Área equivalente aos territórios somados de Bélgica, Dinamarca, Holanda e Portugal. Mais de 70% de tudo o que a floresta perde a cada ano é arrancado de suas bordas. Nos últimos 10 anos, a pecuária extensiva respondeu por 75% da floresta desmatada da região, formando um arco que abrange o Pará, o Norte de Mato Grosso e parte de Rondônia. O rebanho bovino dobrou entre 1990 e 2001. Na fronteira leste a marcha rumo ao centro do tesouro amazônico tem outro motor, a impunidade ao corte ilegal de árvores. Metade da madeira vinda da Amazônia é retirada de maneira ilegal. O principal estímulo à derrubada das árvores é a alta rentabilidade do negócio. A exploração madeireira baseada em técnicas de manejo que conservam a floresta tem um rendimento 71%. Já a derrubada ilegal rende 122%. Além de não pagar impostos nem garantir direitos trabalhistas mínimos aos seus empregados, os madeireiros ilegais retiram muito mais madeira do que permite um plano de manejo”.

Corroborando a tese Raffestiniana de que “os atores, a política dos atores – ou o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades -, a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediatos da relação... as organizações canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais”, segue o texto da Revista Veja (25/02/2005): “a região integrou-se à economia global e tornou-se menos dependente dos altos e baixos da atividade no Brasil. Os preços internacionais de grão e carne são acompanhados diariamente pelos fazendeiros. A civilização brasileira levou cinco séculos para desmatar uma área do mesmo tamanho da que os especialistas acreditam que vá desaparecer nas próximas duas décadas”. Só para termos uma idéia desta hecatombe ambiental, a mata atlântica cobria uma área de 1.290.000 ha, restando, hoje, apenas 7% da mesma ou, aproximadamente, 90.300 ha. Ora, se a “região [amazônica] continua marcada pela

ausência do Estado e desinteresse do resto do país”, aproveitando o título de um artigo do jornal O Estado de São Paulo, fica mais do que previsível a contínua depredação desse patrimônio ambiental, ou seja, por se tornar mais porosa às investidas externas, a Amazônia poderá ter o mesmo destino da mata tropical costeira. A propósito, Euclides da Cunha, no início do Século XX alertava sobre o território amazônico: “ainda sob o aspecto estritamente físico, conhecemo-la aos fragmentos. Mais de um século de perseverantes pesquisas e uma literatura inestimável, de numerosas monografias, mostram-no-la sob incontáveis aspectos parcelados. A inteligência humana não suportaria de improviso, o peso daquela realidade portentosa” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 02/05/2004). Um século depois, podemos acrescentar que os conhecimentos continuam escassos, muito embora aumentados, parcelados, fragmentários e a inteligência humana, cada vez mais monitorada pelo imprevisto do mundo teleguiado pelo consumo desenfreado, instantâneo, não está se dando conta do peso desta realidade portentosa à sobrevivência humana, já que o humano também é biodiversidade. Em sendo assim, o que estamos territorialmente vivenciando na Amazônia é um poder de domesticação das redes legais e ilegais mercadológicas, através de um poder que vê, mas não quer ser visto. Urge que busquemos enxergá-los o mais breve possível esse poder maligno dotado de uma grande engrenagem para mero uso dos novos piratas globais.

2. REFERÊNCIAS

GEORGE. P. 1993. **O Homem na Terra**. A Geografia em Ação. Lisboa. Edições 70.

MÉSZAROS, I. 1987. **A Necessidade do Controle Social**. São Paulo : Cadernos Ensaios.

MIRANDA, J.B. 2005. **Amazônia. Área Cobiçada**. Porto Alegre-RS : AGE.

MORIN, E. 2002. **O Método 5. A Humanidade da Humanidade. A Identidade Humana**. Porto Alegre : Sulina.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 02/05/2004.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 11/05/2004.

REVISTA VEJA (25/02/2004).

RAFFESTIN, C. 1993. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ed. Ática.

SMITH, N. 1988. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro. Bertrand.